

Ata da reunião do CAE – 19\08\2024

Presentes: Regina, Ezequiel, Deisemara, Carolina e Luciana

Reunidos presencialmente no prédio da SMED, as conselheiras do CAE iniciam a reunião com informações sobre a última visita do Conselho a Escola Municipal Paixão Cortes - Laçador, onde novamente foi apontado pelos conselheiros que o problema estrutural, de falta de espaço e organização espacial do refeitório e cozinha, continua sendo o principal elemento a ser estruturado e acompanhado naquela instituição. Conselheiro Ezequiel fará relatório da visita e disponibilizará às demais conselheiras. Regina faz informe das entregas de agricultura familiar na sequência da reunião. A previsão de entrega é para setembro, incluindo a tilapia. A conselheira Luciana questiona sobre os pregões eletrônicos e empenhos que já estão previstos. Regina informa que alguns pregões já foram realizados. Conselheiro Ezequiel questiona sobre a verba do PNAE e sua utilização. A representação do Executivo responde que essa verba será usada na agricultura familiar, que o repasse mudou no número de parcelas, deixando de ser 10 e ficando em 8 parcelas, até setembro, podendo ser gasto até dezembro/24. Aponta que no próximo período, em 2026, haverá nova mudança, restando mais tempo para execução da verba (até fevereiro e não mais dezembro). Quanto a prestação de contas, o RS tem um tempo maior devido às enchentes, sendo até dezembro/24. Há um indicativo de mudanças também nesta questão da prestação de contas, passando de anual para quadrienal. O parecer do CAE continuará sendo válido para legitimar as contas. Num próximo ponto, Luciana pauta sobre as dificuldades com a alimentação escolar mais restrita ou destinada a pessoas com necessidades especiais. Regina explica que para a escola ter suporte neste sentido, a escola da Rede própria deve abrir processo SEI com documento diagnóstico do caso, recebendo uma verba(ou usando par) para aquisição do cardápio adequado. Conselheira Deise questiona a flexibilidade dessas situações, uma vez que os estudantes podem não aceitar o que é comprado. Luciana cita o caso de um estudante autista que tem alimentação restrita. Conselheiros encaminham ao Executivo dois questionamentos acerca disto: 1. O dinheiro para a alimentação específica é verba extra ou do par? 2. Há um levantamento de quantos casos de alimentação especial são atendidos nas redes próprias e conveniadas? Levantou-se outras dúvidas de atendimento de crianças especiais, como por exemplo, alimentação por sonda- onde o familiar/profissional deve ir até a escola, ou limpeza de bolsas para evacuação, procedimento também realizado por profissionais ou familiares. Regina informa que haverá formação para nutricionistas da rede conveniada e técnicas da rede própria, dia 27/09, com local a confirmar, sobre introdução alimentar de crianças autistas realizada pela nutricionista do Certa. Conselheira Carolina questionada sobre a conferência das notas, que seria feita em Abril deste ano. Regina informa que há notas disponíveis, mas que vão ser inseridas no sistema ainda, pelo setor de prestação de contas. Regina aponta que o cadastramento do CAE também não foi atualizado, apesar de já ter sido enviada a atualização. Luciana explica que o CAE, em geral, salienta um item do cardápio para análise de notas, por ex. Guisado. Então são analisadas notas sobre toda carne moída comprada e entregue às escolas. Foi pautado ainda alguns protocolos de acompanhamento entre SMED e rede comunitária, no que se refere ao kit e compras que podem ou não ser feitas. Sobre a avaliação do período, os conselheiros avaliam que apesar da enchente e de toda situação que advém dela, a alimentação escolar esteve andando e o conselho foi efetivo em suas ações. Avaliamos também que as empresas terceirizadas das cozinhas continuam com as mesmas questões de atraso de vale transporte ou atraso na entrega de uniformes, mas situações mais pontuais. Conselheira Carolina questiona sobre os processos de limpeza de caixa d'água e desratização. Regina explica que na rede própria este processo é geral, via licitação e em larga escala. Já nas conveniadas é realizado pelas escolas, de 6 em 6 meses. Sem mais, encerra-se a reunião